

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Data O Seyelano da Mesa,

Requerimento N.º 217/IX(1

7/IX(1/art) ac

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República

Durante a campanha eleitoral para as legislativas de Março passado, o deputado Paulo Pedroso, cabeça de lista do PS por Setúbal, apresentou a proposta de estabelecimento de um pacto entre todos os partidos para a negociação da cessação da laboração da unidade cimenteira da Secil no Parque Nacional da Serra da Arrábida.

O cabeça de lista do PSD por Setúbal, dr. Miguel Frasquilho, num debate radiofónico em Azeitão, largamente difundido, deu o seu acordo à proposta em causa.

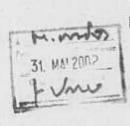
Em 1 de Março passado, em nome de todos os candidatos do PS, o dr. Paulo Pedroso reafirmou, na cidade de Setúbal, a proposta lançada a todos os partidos representados no Distrito da celebração de um "PACTO para a cessação negociada da laboração da unidade cimenteira da Secil no Parque Natural da Serra da Arrábida".

Entretanto, no distrito de Setúbal, a concelhia do PSD afixou profusamente um enorme "out door" com a palavra de ordem: "SECIL, fora da Arrábida!"

Questionado pelos deputados do PS, Joel Hasse Ferreira e Alberto Antunes, na sessão plenária de 24 de Maio último, o dr. José Mário Ferreira de Almeida, Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território, afirmou que a SECIL sairia da Arrábida em vinte anos.

Referiu, nesse contexto, que os estudos à disposição do governo apontavam para um período de 20 anos como prazo previsível de laboração.

Ora, isso se é pouco (muito pouco) face à posição eleitoral do dr. Miguel Frasquilho (actual Secretário de Estado do Tesouro e Finanças) parece



constituir um avanço face à posição do Governo do Prof. Cavaco Silva de manter indefinidamente, a localização da SECIL na Serra da Arrábida.

Tendo em conta o exposto e a apresentação da candidatura do Parque Nacional da Arrábida a Património Mundial

Por intermédio de V. Ex.ª, Sr. Presidente da Assembleia da República, requeremos ao Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

- Que nos envie o estudo (ou estudos) referidos que apontarão para o mencionado período de vinte anos.
- Que nos informe sobre o andamento de estudos, eventualmente em curso, relativos aos impactos financeiro económico e social do encerramento daquela unidade, num prazo mais curto.
- Que nos esclareça se o Governo aceita desenvolver um processo negocial, com o objectivo de negociar um prazo mais curto, a ser fixado para o encerramento da unidade em causa.
- 4) Que nos esclareça sobre outras diligências eventualmente já levadas a cabo pelo Governo, visando a concretização da resolução do assunto em causa, o encerramento das instalações da SECIL na Serra da Arrábida.

Palácio de S. Bento, 29 de Maio de 2002

Os Deputados

Red Chi

Willed

Ville

CAIVALLE